

A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2011

LISBOA

2012

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

BALANÇO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Rubricas	Notas	2011	2010
ACTIVO:			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis		58.079,24	74.790,63
Activos intangíveis		5.092,18	41.281,48
		63.171,42	116.072,11
Activo corrente:			
Clientes		51.600,00	87.520,00
Adiantamentos a fornecedores		-	657,95
Estado e outros entes públicos		50.747,28	22.146,94
Outras contas a receber		170.751,10	51.836,36
Diferimentos		12.601,05	12.726,86
Caixa e depósitos bancários		7.251.862,46	5.628.137,15
		7.537.561,89	5.803.025,26
Total do Activo		7.600.733,31	5.919.097,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			
Fundos		3.100.000,00	3.100.000,00
Resultados transitados		178.755,80	1.237,01
Outras variações nos fundos patrimoniais		60.713,37	110.277,86
Resultado líquido do período		801.268,43	177.518,79
Total do fundo de capital		4.140.737,60	3.389.033,66
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos		2.417,87	12.130,00
		2.417,87	12.130,00
Passivo corrente:			
Fornecedores		2.310,12	12.013,49
Estado e outros entes públicos		155.240,38	42.290,76
Financiamentos obtidos		9.725,64	8.909,83
Outras contas a pagar		229.461,70	769.204,63
Diferimentos		3.060.840,00	1.685.515,00
		3.457.577,84	2.517.933,71
Total do Passivo		3.459.995,71	2.530.063,71
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		7.600.733,31	5.919.097,37

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Rendimentos e Gastos	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados		2.657.975,00	1.925.785,00
Subsídios, doações e legados à exploração		-	97.839,00
Fornecimentos e serviços externos		(602.780,88)	(865.477,33)
Gastos com o pessoal		(1.586.173,98)	(1.155.231,24)
Outros rendimentos e ganhos		50.010,06	116.627,72
Outros gastos e perdas		(26.156,34)	(4.688,64)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		<u>492.873,86</u>	<u>114.854,51</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(69.603,00)	(65.055,76)
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)		<u>423.270,86</u>	<u>49.798,75</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		378.383,75	128.461,28
Juros e gastos similares suportados		(386,18)	(741,24)
Resultado antes de impostos		<u>801.268,43</u>	<u>177.518,79</u>
Resultado líquido do período		<u>801.268,43</u>	<u>177.518,79</u>

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	Notas	2011	2010
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes e utentes		4.130.400,00	3.693.133,48
Pagamento a fornecedores		(533.251,24)	(231.889,00)
Pagamentos ao pessoal		(1.000.451,51)	(1.080.311,79)
Caixa gerada pelas operações		2.596.697,25	2.380.932,69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(28.487,85)	(19.536,82)
Outros recebimentos/pagamentos		(1.190.960,46)	(366.069,92)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.377.248,94	1.995.325,95
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		273.093,41	96.182,40
		273.093,41	96.182,40
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		(9.064,43)	(19.024,85)
Activos Intangíveis		(7.637,88)	-
		(16.702,31)	(19.024,85)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		256.391,10	77.157,55
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		(9.528,55)	(9.657,55)
Juros e gastos similares		(386,18)	(139,75)
		(9.914,73)	(9.797,30)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(9.914,73)	(9.797,30)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		1.623.725,31	2.062.686,20
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.628.137,15	3.565.450,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7.251.862,46	5.628.137,15

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

1. Nota introdutória

Instituída pelo Estado através do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), é uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública. É independente no exercício das suas atribuições e competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado.

A sua missão consiste em garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e da acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Agência atua.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29 de Março de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a parecer do Conselho de Curadores, de acordo com os estatutos da Agência.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agência, a sua posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa gerados no período.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), em execução do disposto do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística e que é parte integrante deste.

2.2 Disposições derogadas no exercício

No exercício corrente não foram derogadas quaisquer disposições.

2.3 Adopção pela primeira vez da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)

Em 2010 a Agência apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

O Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações dos fundos patrimoniais, bem como a informação constante das respectivas notas anexas, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF-ESNL.

Não houve qualquer ajustamento ou alteração de políticas contabilísticas decorrentes da adopção das NCRF-ESNL. A transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL não afetou a posição e desempenho financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Agência mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Agência espera vir a incorrer.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contabilístico do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4 Activos intangíveis

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)**

Os activos intangíveis registados referem-se a projectos de desenvolvimento da plataforma informática da Agência, bem como a licenças de software e são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respectivos activos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Refere-se que os activos intangíveis registados até 31 de Dezembro de 2009 foram integralmente adquiridos com recurso ao financiamento proporcionado pelo subsídio de instalação atribuído pelo Estado, pelo que as respectivas amortizações anuais registadas são compensadas com o registo do redito correspondente ao subsídio de investimento imputado.

3.5 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.6 Activos e passivos financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e a melhor estimativa do justo valor desse activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados, na rubrica "Perdas por imparidade", no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efectuada até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Agência desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a A3ES reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Agência desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Agência irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos activos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem, sendo registados no passivo na rubrica de rendimentos diferidos até ao momento da sua utilização.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Agência;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Agência e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.10 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2011 não existem factos que mereçam o registo de provisões ou a divulgação de activos ou passivos contingentes.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Agência tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)**

3.12 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras referem-se, sobretudo:

- a) Ao reconhecimento de receitas obtidas decorrentes de taxas cobradas por acreditação preliminar de ciclos de estudo. Dado que esta receita obtida no exercício de 2010 se enquadra num plano de acreditação quinquenal dos cursos, as receitas agora obtidas foram diferidas por um período de 5 anos de acordo com o seguinte critério, que se estima que corresponda à cadência esperada de ocorrência dos gastos que estarão associados a esse processo de acreditação:

Período	Nota	%	Receita
Receita 2010		35%	907.585
Receita 2011		25%	648.275
Receita 2012		20%	518.620
Receita 2013		10%	259.310
Receita 2014		10%	259.310
			2.593.100

Deste modo, em 31 de Dezembro de 2011, encontram-se registados em diferimentos activos o montante de 1.037.240 euros referentes a receitas obtidas a reconhecer durante os exercícios seguintes (Nota 12).

- b) A estimativa do gasto a incorrer com comissões de avaliação externa para acreditações de novos ciclos de estudo registados e facturados durante o exercício de 2011, corresponde a 60% das respectivas receitas obtidas. Deste modo a rubrica de acréscimos de gastos em 31 de Dezembro de 2010 incluía o montante de 571.320 euros para fazer face a estes gastos. A 31 de Dezembro de 2011 mantém-se nessa conta o valor de 10.920 euros relativo a gastos por ocorrer em 2012. (Nota 15).
- c) Foram cobradas em 2011 taxas de avaliações CEF 10/11 no montante de 2.510.000 euros. Deste valor valor foi diferido cerca de 26% que corresponde à percentagem de visitas por realizar em 2012, sendo nesse momento que serão registados os gastos com estas avaliações (Nota 12)

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)****4. Fluxos de Caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, em caixa e seus equivalentes inclui-se numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

O caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Numerário	10.252	837
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	160.611	57.300
Outras aplicações de tesouraria	7.081.000	5.570.000
Caixa e depósitos bancários	<u>7.251.862</u>	<u>5.628.137</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

A aplicação do novo normativo não gerou quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou das estimativas contabilísticas, quer no período corrente, quer em períodos anteriores.

6. Activos fixos tangíveis:**a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas**

Rubricas	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depr. E imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depr. E imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento de Transporte	37.773	(18.887)	18.887	37.773	(28.330)	9.443
Equipamento Administrativo	78.690	(22.786)	55.904	87.754	(39.118)	48.636
Totais	116.463	(41.672)	74.791	125.527	(67.448)	58.079

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 o movimento ocorrido nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

A3ES - AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Montantes expressos em Euros)

Exercício 2011				
	Nota	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial 31.12.2010		37.773,04	78.689,97	116.463,01
Aquisições		-	9.064,43	9.064,43
Alienações		-	-	-
Abates		-	-	-
Saldo final 31.12.2011		37.773,04	87.754,40	125.527,44
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial 31.12.2010		18.886,52	22.785,86	41.672,38
Amortizações do exercício		9.443,28	16.332,54	25.775,82
Alienações		-	-	-
Abates		-	-	-
Outras variações		-	-	-
Saldo final 31.12.2011		28.329,80	39.118,40	67.448,20
Activo líquido em 31.12.2011		9.443,24	48.636,00	58.079,24

Exercício 2010				
	Nota	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial 31.12.2009		37.773,04	36.745,42	74.518,46
Aquisições		-	41.944,55	41.944,55
Abates				
Saldo final 31.12.2010		37.773,04	78.689,97	116.463,01
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial 31.12.2009		9.443,26	8.442,44	17.885,70
Amortizações do exercício		9.443,26	14.343,42	23.786,68
Abates				
Outras variações				
Saldo final 31.12.2010		18.886,52	22.785,86	41.672,38
Activo líquido em 31.12.2010		18.886,52	55.904,11	74.790,63

c) Vidas úteis

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis	N.º de anos
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8

As depreciações do exercício, no montante de 25.776 euros (23.787 euros em 2010) foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)

7. Activos Intangíveis

a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

Rubricas	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Projectos de Desenvolvimento	122.280	(81.512)	40.768	122.280	(122.280)	-
Programas de computador	1.540	(1.026)	513	9.178	(4.085)	5.092
Totais	123.820	(82.538)	41.281	131.458	(126.365)	5.092

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício 2011				
	Nota	Projectos de desenvolvimento	Programas de computadores	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial 31.12.2010		122.280,00	1.539,64	123.819,64
Aquisições		-	7.637,88	7.637,88
Alienações		-	-	-
Abates		-	-	-
Saldo final 31.12.2011		122.280,00	9.177,52	131.457,52
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial 31.12.2010		81.511,84	1.026,32	82.538,16
Amortizações do exercício		40.768,16	3.059,02	43.827,18
Alienações		-	-	-
Abates		-	-	-
Outras variações		-	-	-
Saldo final 31.12.2011		122.280,00	4.085,34	126.365,34
Activo liquido em 31.12.2011		-	5.092,18	5.092,18

A3ES - AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)**

Exercício 2010				
	Nota	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial 31.12.2009		122.280,00	1.539,64	123.819,64
Aquisições		-	-	-
Alienações		-	-	-
Abates		-	-	-
Saldo final 31.12.2010		122.280,00	1.539,64	123.819,64
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial 31.12.2009		40.755,92	513,16	41.269,08
Amortizações do exercício		40.755,92	513,16	41.269,08
Alienações		-	-	-
Abates		-	-	-
Outras variações		-	-	-
Saldo final 31.12.2010		81.511,84	1.026,32	82.538,16
Activo líquido em 31.12.2010		40.768,16	513,32	41.281,48

c) Vidas úteis

Os bens inscritos nesta rubrica têm uma vida útil finita e, como tal, estão sujeitas a amortizações anuais, sendo estas calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com um período de vida útil esperado de 3 anos.

As amortizações do exercício, no montante de 43.827 euros (41.269 euros em 2010), foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".

8. Locações

A agência tem os seguintes elementos adquiridos sob a forma de locação financeira:

Bem	Rubrica	V. Aquisição	A. Acumulada	V. Líquido
Viatura 67-FD-69	Eq. Transporte	37.773	-28.330	9.443
TOTAL		37.773	-28.330	9.443

9. Clientes

Os saldos de clientes em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 referem-se a taxas facturadas a instituições de ensino que ainda não haviam sido liquidadas e desagregam-se da seguinte forma:

A3ES - AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)**

Rubricas	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Clientes:				
Instituições de Ensino	51.600	-	87.520	-
Totais	51.600	-	87.520	-

Do montante em dívida em 31 de Dezembro de 2011, 48.600 euros estão em dívida à menos de 2 meses e os restantes 3.000 euros à mais de 4 meses.

Não existem quaisquer perdas por imparidade associadas aos valores a receber dos clientes.

10. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rubricas	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/o rendimento das pessoas colectivas	50.747		22.147	
Retenção de impostos s/rendimentos	-	139.255	-	26.597
Segurança Social e ADSE	-	15.986	-	15.694
Totais	50.747	155.240	22.147	42.291

Atendendo a que a Agencia é uma entidade isenta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o valor de IRC que se apresenta no activo foi indevidamente retido na fonte por entidades bancárias e será reembolsado em 2012. Salienta-se que o imposto retido na fonte no exercício de 2010 foi recuperado no exercício de 2011.

11. Contas a Receber

A rubrica de "Outras quantias a receber" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

Rubricas	2011			2010		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Devedores p/acréc. Rendimentos:						
Juros a Receber	143.976	-	143.976	38.685	-	38.685
Outros	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	26.775	-	26.775	13.151	-	13.151
Totais	170.751	-	170.751	51.836	-	51.836

A3ES - AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)****12. Diferimentos**

Foram diferidos para exercícios seguintes os gastos, ou a quota-parte destes, cujo pagamento ocorreu neste exercício ou anterior e que se refiram a períodos subsequentes, bem como os rendimentos cujo recebimento ocorreu neste exercício ou anterior e que se referem a períodos subsequentes.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram diferidos os seguintes gastos e rendimentos:

Rubricas	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Gastos a Reconhecer:				
Rendas	8.152	-	8.097	-
Seguros	1.641	-	1.537	-
Outros Gastos diferidos	2.809	-	3.093	-
Rendimentos a Reconhecer:				
Acreditações CEF (Nota 3.12.a))	-	1.037.240	-	1.685.515
NCE 11	-	1.323.000	-	-
ACEF 2011/2012	-	36.000	-	-
ASIGQ	-	12.000	-	-
AVALIAÇÃO CEF 2010/2011 (Nota 3.12.c))	-	652.600	-	-
Totais	12.601	3.060.840	12.727	1.685.515

Os rendimentos diferidos de "NCE 11", "ACEF 2011/2012", e "ASIGQ" referem-se a valores cobrados em 2011 mas cujo o início do processos irá acontecer apenas em 2012.

13. Fornecedores

Nos anos de 2011 e 2010 decompunham-se da seguinte forma as quantias a pagar a fornecedores:

Rubricas	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Fornecedores Gerais	-	2.310	658	12.013
Totais	-	2.310	658	12.013

O prazo médio dos pagamentos foi no exercício de 2011 de 30 dias (28 dias em 2010).

14. Financiamentos Obtidos

A agência dispõe de um financiamento por locação financeira junto da Caixa Geral de Depósitos, apresentando, em 2011 e 2010, os seguintes valores em dívida:

Rubricas	2011		2010	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações Financeiras:				
CGD #348298	2.418	9.726	12.130	8.910
Totais	2.418	9.726	12.130	8.910

A3ES - AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Montantes expressos em Euros)

Em resultado deste financiamento obtido, foram reconhecidos no exercício, gastos decorrentes de juros suportados no montante de 385,28 euros (464,35 euros em 2010).

15. Outras contas a Pagar

A rubrica de "Outras quantias a pagar" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

Rubricas	2011	2010
Correntes:		
Pessoal	693	164
Fornecedores de investimentos	-	56.361
Credores p/acréc. Gastos:		
Férias + S.Férias + Encargos	138.315	136.023
Gastos de acreditação de cursos (nota 3.12 b))	10.920	575.320
Outros acréscimos de gastos	46.684	1.224
Outras contas a pagar	32.850	112
Totais	229.462	769.205

16. Fundos

O Fundo da Agência ascende a 3.100.000 euros e foi integralmente realizado pelo Estado, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, que instituiu a Agência, a contribuição financeira total atribuída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ascendeu a 4 milhões de euros, repartido da seguinte forma:

- A título de dotação inicial o montante de 1.000.000 euros, recebido na sequência da criação da Agência.
- O montante de 3.000.000 euros, a título de subsídio de instalação, sendo que esta contribuição, recebida no exercício de 2009, foi classificada de acordo com a respectiva natureza de utilização, que se resume da seguinte forma:

Fundo	2.100.000
Subsidio ao investimento (Outras variações fundos patrimoniais)	209.540
Subsídio de exploração	690.460
	<u>3.000.000</u>

O subsídio de exploração foi registado em resultados do exercício durante os exercícios de 2009 e 2010, no montante de 592.621 euros e 97.839 euros, respectivamente (Nota 26).

A3ES - AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Montantes expressos em Euros)

Salienta-se que, em caso de extinção da Agência, todo o seu património reverte para o Estado, salvo quando seja fundida ou incorporada noutra entidade, situações em que o património pode reverter, total ou parcialmente, para esta.

17. Resultados transitados

Com parecer favorável do Conselho de Curadores foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foi decidido que o resultado líquido positivo referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

18. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Esta rubrica é composta pelo montante de subsídios do Governo recebidos relacionados com a aquisição de activos, sendo reduzida na mesma medida que os respectivos investimentos são depreciados.

Em 2010 e 2011 os investimentos financiados por subsídios apresentam-se no quadro em baixo:

Os subsídios recebidos afectos a activos apresentam-se no quadro em baixo:

Rubrica:	Montante recebido	Redito do período	Redito acumulado	Subsídio a reconhecer
Projectos de desenvolvimento	122.280	40.768	122.280	0
Programas de computadores	1.540	513	1.539	0
Equipamento administrativo	36.745	8283	25007	11.738
Investimentos a adquirir	48.975	0	0	48.975
	209.540	49.564	148.827	60.713

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a Agência beneficiou dos seguintes subsídios atribuídos pelo Governo:

	Subsídio à exploração	Subsídios relacionados com activos	Efeito total de subsídios
Subsidio recebido no exercício de 2009	690.460	209.540	900.000
Imputação a resultados do exercício	592.621	49.712	642.332
Subsídio a reconhecer em 31.12.2009	97.839	159.829	257.668
Imputação a resultados do exercício	97.839	49.551	147.390
Subsídio a reconhecer em 31.12.2010	-	110.278	110.278
Imputação a resultados do exercício	-	49.564	49.564
Subsídio a reconhecer em 31.12.2011	-	60.713	60.713

19. Partes relacionadas

A Agência é uma entidade independente e totalmente autónoma das entidades com quem estabelece relações, comerciais ou de qualquer outra natureza, não tendo por isso qualquer relação classificada como "Partes relacionadas".

Remuneração do pessoal chave da gestão nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 têm a seguinte composição:

	2011	2010
Conselho de Administração:		
Benefícios de curto prazo		
Remunerações	428.250	443.492
Contribuições Segurança Social	6.016	7.201
Contribuições Caixa Geral Aposentações	28.678	30.252
	<u>462.944</u>	<u>480.946</u>

O número de membros do conselho de administração em 2011 e 2010 foram 5. Não ocorreu nenhuma alteração na composição nesses períodos.

20. Prestação de serviços

Nos exercícios de 2011 e 2010 os rendimentos detalham-se da seguinte forma:

Rubricas	2011	2010
AC.N.C.E	83.900	952.200
AC.C.E.F (nota 3.12 a))	647.675	907.585
Avaliação C.E.F 2010/2011	1.857.400	-
Revisão	69.000	66.000
Total	2.657.975	1.925.785

21. Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos desagregam-se da seguinte forma nos anos de 2011 e 2010:

A3ES - AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)**

Rubricas	2011	2010
Trabalhos Especializados	152.034	120.414
Publicidade e Propaganda	74	-
Honorários	3.250	33.132
Conservação e Reparação	4.370	6.618
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	506	4.949
Livros e documentação técnica	46	-
Material de escritório	4.004	6.569
Electricidade	6.877	-
Combustíveis	6.236	4.753
Deslocações e estadas	298.130	28.155
Rendas e alugueres	97.656	70.541
Comunicação	13.557	5.866
Despesas de Representação	4.813	1.969
Limpeza, Higiene e Conforto	8.284	6.970
Gastos de acreditação de cursos	-	571.320
Outros FSE	2.947	4.222
Totais	602.781	865.477

22. Gastos com o Pessoal

Os gastos da rubrica Pessoal desagregam-se da seguinte forma:

Rubricas	2011	2010
Vencimentos Órgãos Sociais	487.713	489.800
Vencimentos Pessoal	922.938	521.636
Encargos s/remunerações	144.289	133.508
Seguro Acidentes de Trabalho	6.618	5.699
Outros gastos com pessoal	24.616	4.588
Totais	1.586.174	1.155.231

O número médio de empregados no exercício de 2011 e 2010 foi de 24 e de 20, respectivamente.

23. Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica reflecte a imputação a resultados do exercício dos subsídios para investimentos. O valor do rendimento corresponde ao gasto da depreciação no exercício dos investimentos subsidiados.

Rubricas	2011	2010
Imputação de Subsídios p/Investimentos	49.564	49.551
Regularização de estimativas efectuadas no exercício anterior (nota 3.12 b))	-	67.077
Correcções relativas a Periodos Anteriores	257	-
Outros Não especificados	188	-
Totais	50.010	116.628

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em Euros)****24. Outros Gastos e Perdas**

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

Rubricas	2011	2010
Impostos	6	5
Taxas	198	-
Correcções de Exercícios Anteriores	18.691	-
Quotizações	5.700	4.500
Multas	67	183
Outros gastos e perdas não especificados	1.495	-
Totais	26.156	4.689

25. Juros e Rendimentos similares obtidos

Pelas aplicações financeiras realizadas pela agência em instituições de crédito, esta obteve os seguintes rendimentos:

Rubricas	2011	2010
Juros Obtidos		
Depósitos Bancários	378.384	128.461
Totais	378.384	128.461

26. Subsídios à exploração

Rubricas	2011	2010
Imputação gastos a Subsídios Instalação (Nota 18)	-	97.839
Totais	0	97.839

27. Impostos sobre o rendimento

A agência goza de todas as isenções e benefícios fiscais aplicáveis às pessoas colectivas de utilidade pública, nos termos da legislação em vigor.

28. Informações exigidas por diplomas legais

Agência não apresenta dívidas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram suportados pela Agência 6.912 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, referentes a honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas. Os honorários facturados dizem respeito exclusivamente, à actividade de revisão legal de contas.

29. Acontecimentos após a data do balanço

À presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos, posteriores a 31 de Dezembro de 2011, que justifiquem ajustamentos nestas Demonstrações Financeiras.

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925